

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	• 10. FEV. 1980	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

# Governo divulga medidas anti-inflacionistas

## • Escudo revalorizado em 6 por cento

Falando através da RTP, o ministro das Finanças e do Plano, Cavaco e Silva, anunciou ontem ao País um feixe de 15 medidas aprovadas durante a reunião do Conselho de Ministros, com vista a combater a alta do custo de vida.

Assim, e entrando directamente na enunciação, sintética dessas 15 medidas temos: primeira — o escudo é revalorizado em seis por cento em termos efectivos e, tendo em vista garantir a competitividade externa da indústria portuguesa e contrariar quaisquer movimentos especulativos, manter-se-á o regime de desvalorização deslizando ao ritmo de 0,75 por cento ao mês; segunda — as despesas de consumo público do OGE e dos fundos e serviços autónomos da Administração Pública para 1980 não poderão exceder, em termos reais, o montante dos respectivos orçamentos em 1979; terceira — aprovada legislação destinada a condicionar os aumentos nos quadros da Administração Central, controlar novas admissões, promover redistribuição dos efectivos e racionalizar a gestão do pessoal; quarta — o montante global dos subsídios não reembolsáveis a atribuir às empresas públicas em 1980 não poderá exceder o montante total dos subsídios autorizados no âmbito do OGE para 1979; quinta — nova legislação para combater, com maior rigor e severidade, actuações especulativas, açam-

barcamentos e crimes contra a saúde pública; sexta — manter o regime de preços máximos aplicável não só aos bens essenciais subsidiados pelo OGE mas a outros produtos generalizados; sétima — alteração dos limites a partir dos quais as empresas estão sujeitas ao regime de preços declarados; oitava — acréscimos de massa salarial não serão considerados como componentes do custo para as empresas abrangidas pela legislação sobre controlo de preços; nona — rigorosas penas e exames fiscais para as pessoas singulares ou colectivas autuadas por crimes contra a saúde pública; décima — normas rigorosas no Ministério do Trabalho para efeitos de depósito das convenções colectivas de trabalho; décima primeira — fundamentação económico-financeira rigorosa justificativa dos aumentos salariais consagrados; décima segunda — rigorosa austeridade no sector empresarial do Estado; décima terceira — definição inequívoca da área de intervenção dos conselhos de gerência das empresas públicas; décima quarta — concretização de um conjunto de medidas, visando o aumento da produtividade, com estímulos e prémios fundamentados no mérito do trabalhador, e décima quinta — intensificação do controlo do absentismo nas empresas e revisão, com vista à moralização, das normas relativas à justificação de faltas.

## Decidido em Conselho de Ministros

# Programas escolares vão ser revistos

O Conselho de Ministros, ontem de manhã reunido sob a presidência do Primeiro-Ministro Sá Carneiro, aprovou, entre outras matérias, um decreto que suspende os concursos para apreciação dos manuais escolares, «de forma a permitir a revisão dos actuais programas de ensino, que estão em contradição com as características e modo de ser da cultura e do povo português, bem como com os princípios de isenção e pluralismo ideológico próprios de um Estado democrático». O diploma agora aprovado cria

mecanismos de ajuda financeira à publicação de livros escolares.

O Governo decidiu, ainda, manifestar o seu pesar pelo naufrágio ocorrido na Póvoa e conceder subsídios especiais de auxílio às famílias das vítimas, a atribuir pelo Ministério dos Assuntos Sociais de acordo com a situação concreta de cada família. No âmbito das providências destinadas a ocorrer à situação resultante do sismo dos Açores, foram aprovados diversos projectos de diploma legal concedendo determinados be-

nefícios fiscais e prorrogando o prazo de cumprimento de certas obrigações tributárias nos Açores.

Foi, ainda, aprovado um programa de medidas destinadas a combater a alta do custo de vida, tendo, entretanto, o vice-primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros e o secretário de Estado da Integração Europeia falado sobre as diligências empreendidas junto das autoridades da CEE, durante a sua recente deslocação a Bruxelas.

